

GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA

Maria Cristina Cavalcanti de Araújo

Jeam Claude de Souza Gomes

DOI: 10.15628/geoconexoes.2018.7070

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo expor como se concebe as relações da diversidade sexual e de gênero trazendo também o tema LGBTfobia na escola. O mesmo trará uma reflexão conceitual acerca da temática na escola, bem como expor os principais paradigmas que impedem a consolidação da temática no currículo das escolas. Como procedimentos metodológicos o trabalho foi construído por meio de pesquisa bibliográfica em obras, artigos e anais correlacionados a temática. O trabalho se justifica pela necessidade de estudos ligados à temática de gênero e da população LGBT no que tange o processo da igualdade e liberdade de expressão, além disso, é necessário enaltecer estudos que tenham ligados ao tema, pois é extrema importância no âmbito acadêmico e no processo de formação docente. Como conclusão final o que se pode constata é que há um retrocesso nas discussões relacionadas à diversidade sexual e gênero na escola, bem como o aumento da LGBTFOBIA nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Diversidade Sexual. Escola.

ABSTRACT:

The objective of this article is to show how the sexual and gender diversity relations are conceived, also bringing the LGBTophobia theme to school. The same will bring a conceptual reflection about the theme in the school, as well as expose the main paradigms that prevent the consolidation of the theme in the curriculum of the schools. As methodological procedures the work was constructed by means of bibliographical research in works, articles and annals correlated to thematic. The work is justified by the need for studies related to the theme of gender and the LGBT population in what concerns the process of equality and freedom of expression, in addition, it is necessary to extol studies that have linked to the subject, since it is extremely important in the academic and in the process of teacher training. As a final conclusion what can be observed is that there is a setback in the discussions related to sexual diversity and gender in school, as well as the increase of LGBTFOBIA in schools.

KEYWORDS: Gender. Sexual Diversity. School.

1 INTRODUÇÃO

REFLEXÃO CONCEITUAL ACERCA DA DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO

Pretende-se aqui apresentar os conceitos e discussões teóricos acerca de gênero e diversidade sexual onde os mesmos serão fundamentais para compreensão das relações do campo com a diversidade sexual.

Quando falamos em diversidade sexual devemos refletir como um termo usado para caracterizar toda a diversidade de sexos, identidade de gênero e orientações sexuais onde não é preciso deixar explícito cada uma das identidades que definem a pluralidade. Junqueira (2009) ao explicar diversidade desmistifica lugares comuns, estereótipos e preconceitos. Ela nos faz avançar criticamente em relação a nós mesmos.

Nesse mesmo contexto Junqueira (2009) ao tratar a diversidade sexual afirma:

Ainda que a questão da diversidade sexual faça menção a um conjunto dinâmico, plural e múltiplo de práticas a qual estão intimamente relacionadas a vivências, prazeres e desejos sexuais, vinculados a processos que se (re) configuram por meio de representações, manifestações e afirmações indeníveis, geralmente objetivadas termos de identidades, preferências, orientações e expressões sexuais e de gênero. (JUNQUEIRA, 2009, p.10).

Dessa forma é importante notar que a diversidade sexual está associada também as questões de gênero, bem como as mais variadas possibilidades de orientação sexual, como: gays, lésbicas bissexuais, travestis, transexuais e transgênicos. Em relação ao gênero podemos relacionar o tema aos diferentes papéis sociais para homens e mulheres, Louros (1997), concebe os conceitos gênero no plural em uma de suas obras, faz uma leitura histórica da educação sob a perspectiva de gênero, explicita que o gênero se trata de uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos. Já Para Joan Scott (1995) o mesmo defini o gênero afirmando que:

Minha definição de gênero tem duas partes e dois subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações entre os sexos. (SCOTT, 1995, p.86).

Sendo assim, o gênero pode ser caracterizado como um fator relacionado à convivência social, construído culturalmente, ancorado nos discursos das diferenças biológicas entre os sexos. Como afirma Meyer (2010):

As abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada 203 como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfícies sobre a qual a cultura opera para produzir desigualdades) para teorizá-lo como construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles

processos que incluem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade. (MEYER, 2010, p. 16).

Desta forma temos que destaca que a questão do gênero e diversidade sexual tem estado presente nas relações de desigualdade e preconceito, onde uma grande parcela da sociedade está sujeita aos velhos discursos onde a figura masculina, sempre caracterizada, como o forte dominante dando-lhe poderes ao mundo enquanto e a mulher, restou-lhe a inferiorização.

Para ela, o aprisionamento do lar, a funções estritamente reprodutivas e domésticas. Vale salientar também a alienação acerca da identidade de gênero onde há apenas duas nomenclaturas onde segundo o conservadorismo homem nasce homem e mulher nasce mulher deixando explícito que não existe possibilidades para escolha de gênero e orientação sexual.

2 DEFININDO A LGBTFOBIA

Ao falar em diversidade sexual e questões de gênero é importante ressaltar os estudos e discussões acerca da população LGBT que segundo Jesus (2012) caracteriza o termo (LGBT) como Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Dessa maneira estes conceitos estão diretamente relacionados à identidade de gênero onde há a quebra da dicotomia de que existem apenas os conceitos de Homem e Mulher termos usados para diferenciação de gênero. Em relação à LGBTFOBIA é caracterizada como qualquer preconceito, aversão, violência, física e verbal aos membros da comunidade LGBT.

As estatísticas que envolvem as pessoas LGBTs são desestimulantes, pois, segundo a Rede Trans (2016), em todo o país, foram contabilizados, só em 2016, cerca de 143 assassinatos, 52 tentativas de assassinatos, 12 casos de suicídios e 54 violações a direitos humanos, violências estas quase sempre ocultadas pela mídia e negligenciada pelos governos municipais, estaduais e federal. Segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, de 2012, “o homicídio é apenas uma das violências entre uma constelação de outras consideradas ‘menores’, como discriminações e agressões verbais e físicas dos mais variados tipos”. Para a Organização Mundial da Saúde ao falar sobre a violência contra LGBT, S afirma que:

A violência apresenta-se estruturada sobre quatro categorias de violência sendo elas, as físicas, correspondentes a toda manifestação com o objetivo de ferir; violência psicológica, caracterizada pela humilhação, desrespeito, rejeição, entre outros; violência sexual, quando o agressor abusa de seu poder sobre a vítima na obtenção da gratificação sexual, sem o consentimento da vítima; e negligência, que é a omissão do responsável em proporcionar as necessidades básicas de seu dependente. (CABRAL et al, 2013, p. 122).

No entanto, só ganha certa relevância na mídia quando envolve assassinato e, mesmo assim, nem sempre tipificado como violência contra gênero ou LGBTfobia.

2.1 LGBTFOBIA NA ESCOLA, ONDE VAMOS PARAR?

No Brasil desde a constituição de 1988 sabe-se que a educação é um direito de todos e todas, dessa maneira não pode haver exclusão ou seletividade por parte da gestão escola ou corpo docente. É de fundamental importância que a escola seja um ambiente onde prevaleça a igualdade entre educandos e que a mesma desenvolva ações e projetos que visem o estímulo da igualdade e do respeito às diferenças.

No país quando tratamos de assuntos ligados a gênero e diversidade sexuais o que se tem é uma triste realidade onde no presente ano o ministério da educação retira o termo orientação sexual da versão final da base curricular, dessa forma torna-se inviável as discussões que envolvem gênero e diversidade sexual na escola. Dessa maneira haverá maior exclusão ou uma inclusão excludente maior evasão escolar e negação de direitos.

Ao falar sobre as questões de gênero e orientação sexual na escola Althusser (1970) afirma que a partir do momento a escola atua como aparelhos ideológicos do Estado ela populariza suas ideias oriundas de uma classe dominante, reprime mesmo que de forma implícita ideias contrárias, dissimulando métodos 'educativos' excludentes. Dessa forma compreende-se que a escola é um espaço de todos, sendo assim deve estar sempre aberta ao diálogo, incitando o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social na qual está inserida, como uma comunidade democrática deve agregar a todos os setores sociais nas mais diversas discussões. Evitar tratar com educandos sobre temas que envolvam gênero, LGBTfobia entre outros uma é institucionalizar o preconceito, independentemente da percepção ou da existência de casos dentro das instituições, omitir estas discussões é fortalecer a ignorância e preservar o preconceito além de perpetuar a invisibilidade. Dessa forma Louro afirma:

Ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas 'normais' os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da 'norma'. (LOURO, 1997, p. 67). As instituições de ensino têm se tornado um ambiente onde os casos de LGBTfobia tem crescido a cada segundo, dentre essas práticas as mais comuns são xingar, ameaçar, amedrontar, intimidar, humilhar, hostilizar, ofender, excluir, difamar, assediar, abusar, gritar, bater, chutar, empurrar, perseguir, violentar, apelidar, furtar ou danificar particulares de pessoas LGBTs ou entendidas como tal. (TEIXEIRA, 2011, p. 26-27).

Segundo pesquisa amostral registrada no relatório realizado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – (ABGLT) que realizou entrevista com adolescentes e jovens LGBTs, constatou-se que 68% já foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero e que 25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero e 56% dos/das estudantes LGBT foram assediados/as sexualmente na escola.

Diante desse quadro e de fundamental importância que os movimentos LGBTs desenvolvam e reivindiquem ações junto ao Estado bem como políticas públicas de enfrentamento a LGBTfobia, em especial no ambiente escolar, onde o jovem LGBT infelizmente se depara com as primeiras situações de preconceito fora do espaço familiar e da comunidade em que está inserido o que ocasiona vários danos, entre eles, afetar diretamente os processos de aprendizagem e convívio social.

É importante diferenciar uma possível distinção entre o que é violência e brincadeiras típicas da adolescência. Neste sentido, Dan Olweus em seus estudos afirmar: que os critérios estabelecidos constituem: ações reiteradas em depreciação da mesma pessoa num longo período de tempo; desproporção de poder entre agressor e agredido; e ausência de causa ou motivação aparente que expliquem as agressões (apud FANTE; PEDRA, 2008).

Dessa forma quando há caso de violência na instituição educacional, é importante que os professores, funcionários da instituição saibam lidar com esses problemas com êxito fazendo com o aluno sintam-se acolhido e aceito, visto que muitas vezes na própria casa o discente sofre com essas situações de violência. Mas, nem sempre à vontade por parte do estudante para denunciar tais situações para a gestão da escola devido a uma série de fatores como, vergonha, confiança, medo, ou por temer represálias por parte dos agressores e até mesmo uma possível exposição do assunto dentro da escola. A partir desse contexto é notório que padrão heteronormativo onde homem nasce homem e mulher nasce mulher estabelece no chão da escola um ambiente de repulsa às diferenças evidenciando atos de violência contra a comunidade LGBTs como uma autoafirmação por parte dos indivíduos que tendo por base estereótipos de gênero que estabelecem cada vez, mas um comportamento agressivo. Dentro deste contexto, Dinis ao falar sobre LGBTfobia na escola:

[...] essa ignorância sobre o tema, assim como a presunção assumida por professoras/es de que a escola só deva discutir assuntos universais, sendo somente a norma da heterossexualidade concebida como o natural e universal, exclui a sexualidade de estudantes LGBTTs e faz com que a diversidade sexual e de gênero seja um tema excluído do currículo, mesmo das aulas de educação sexual. (DINIS, 2011, p.47).

Depreende-se que é de fundamental importância que as instituições educacionais previnam e banalizem toda e qualquer forma de discriminação dentro de um ciclo de diálogo entre professores, diretores, pais e alunos acerca da diversidade sexual, que a escola seja um ambiente de inclusão através da informação e do respeito onde às barreiras do silêncio sejam quebradas e que as denúncias possam ser resolvidas gerando assim um espaço saudável para o desenvolvimento de práticas educacionais que favoreçam para uma formação digna para todos os educandos.

3 CONCLUSÃO

Em suma, constatou-se ao longo da construção do presente trabalho que as discursões acerca de gênero e diversidade sexual na escola têm diminuído cada vez, mas gerando o aumento exacerbado do preconceito e discriminação de alunos LGBTs. Desta forma entende-se que a LGBTfobia na escola só será combatida quando se existir um diálogo entre governantes e instituições de ensino visando atender as principais demandas da população LGBT, que surgem também de modo frequente nos espaços educacionais formais e informais, mas que muito raramente são atendidas, em razão do desinteresse das autoridades educacionais. Assim, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas nas

escolas, garantindo a todos os adolescentes e jovens o direito a uma educação sexual que preze a igualdade sexual de forma a emancipar o aluno LGBT.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. 3. ed. Lisboa: Presença.
- 2 DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. Educar em
- 3 Revista, Curitiba, n.39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a04>> . Acesso em: 30 ago. 2017
- 4 FANTE, C.; PEDRA, J. A. Bullying escolar: perguntas & respostas. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- 5 JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.
- 6Disponível em: < http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- 7 LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 8 TEIXEIRA, G. Manual antibullying: para alunos, pais e professores. Rio de Janeiro: BestSeller, 2011.